

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO BRASILEIRA

Os participantes do Seminário **AGROECOLOGIA E SAÚDE**, realizado pelo **FÓRUM GAÚCHO DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS**, através da sua Comissão Permanente de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana, no dia **20 de agosto de 2019**, no Auditório do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), em **Porto Alegre/RS**, vem por meio desta Carta Aberta informar à população que, após apresentações e debates sobre o tema, **aprovaram as seguintes propostas** para a melhoria da saúde da população brasileira, a preservação e conservação do meio ambiente, de forma a garantir a concretização do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”:

1. Afirmar a Agroecologia como base do cultivo de alimentos e proteção do ambiente para sustentação da vida em todas as suas formas;
2. Garantir que os agricultores ecologistas, orgânicos, naturais, biológicos, ou qualquer outra expressão de agricultura que cultive em harmonia com a natureza, sejam respeitados, apoiados, protegidos e incentivados por políticas públicas de promoção da agroecologia;
3. Garantir que a agroecologia seja um tema transversal na educação fundamental e ensino médio, de forma que as diferentes gerações tenham conhecimento sobre a agricultura ecológica e possam fazer escolhas alimentares de forma consciente;
4. Garantir um projeto ético, pedagógico, político, de estado que proteja o conhecimento tradicional, local e cultural das populações que atuam em harmonia com a natureza;
5. Garantir os recursos suficientes e adequados para a manutenção, execução e ampliação do Plano Estadual de Agroecologia, do Plano Nacional de Agroecologia, da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos(PARA);
6. Garantir a aprovação da Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNARA);
7. Garantir a manutenção da territorialização dos povos tradicionais, das áreas de assentamento e dos territórios dos agricultores agroecologistas, em qualquer uma das suas denominações;
8. Repudiar toda e qualquer atividade que coloque em risco a produção agroecológica, como a Mina Guaíba e as pulverizações de agrotóxicos;
9. Garantir a proteção, preservação, manutenção e ampliação dos Parques e Reservas naturais e Unidades de Conservação, como o Parque Natural da Lagoa do Peixe e o Parque do Delta do Jacuí;
10. Incentivar, a partir de Políticas Públicas, as atividades de trocas de experiências e saberes agroecológicos e divulgação permanente das ações agroecológicas para que a sociedade as conheça, reconheça e entenda seus benefícios ambientais, sociais, econômicos e de promoção da saúde;
11. Promover o conhecimento agroecológico através da educação popular e da educação ambiental informal e formal;
12. Elaborar os Planos Nacional e Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de forma plural com as diferentes forças da sociedade que defendem, se alimentam e trabalham com base nos princípios agroecológicos;
13. Garantir a realização anual do Seminário “Agroecologia e Saúde”.